

FUNDAÇÃO DE ENSINO “EURÍPIDES SOARES DA ROCHA”
CENTRO UNIVERSITÁRIO EURÍPIDES DE MARÍLIA – UNIVEM
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

SIMONE D’AVILA

**ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL DOS DEMONSTRATIVOS
FINANCEIROS: ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA
ALIMENTÍCIA DE MARÍLIA - SP**

MARÍLIA
2014

SIMONE D'AVILA

ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL DOS DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS:
ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA DE MARÍLIA - SP

Trabalho de curso apresentado ao curso de Administração da Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Administração.

Orientadora: Prof^a. Vania Cristina Pastri
Gutierrez

MARÍLIA
2014

D'AVILA, Simone.

Análise Horizontal e Vertical dos Demonstrativos Financeiros: Estudo de Caso em Uma Indústria Alimentícia de Marília – SP / Simone D'Avila; orientadora: Prof^a Vania Cristina Pastri Gutierrez. Marília, SP: [s.n.], 2014.

44 fls.

Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Graduação em Administração de Empresas da Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, Marília, 2014.

1. Organizações. 2. Demonstrativos financeiros. 3. Análise horizontal. 4. Análise vertical. 5. Empresa alimentícia.

CDD: 658.15



FUNDAÇÃO DE ENSINO "EURÍPIDES SOARES DA ROCHA"
Mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM
Curso de Administração

Simone D' Avila - 46977-7

TÍTULO "Análise horizontal e vertical dos demonstrativos financeiros: Estudo de caso em uma indústria alimentícia de Marília-SP "

Banca examinadora do Trabalho de Curso apresentada ao Programa de Graduação em Administração da UNIVEM, F.E.E.S.R, para obtenção do Título de Bacharel em Administração.

Nota: 8,0 (lito)

ORIENTADOR: 
Vania Cristina Pastri Gutierrez

EXAMINADOR: 
Jorge Luiz Barbosa Maciel Junior

EXAMINADOR: 
Roberta Ferreira Brondani

Marília, 01 de dezembro de 2014.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que não só me deu forças e entendimento para que eu pudesse chegar até o final do curso, como também me ajudou a enfrentar e superar todas as dificuldades encontradas no decorrer desta jornada.

Ao meu filho Caio, pela confiança e paciência em me esperar todas as noites.

Às minhas irmãs, pela compreensão pelas vezes em que não pude estar com elas nos encontros de família.

Aos amigos, por acreditarem na minha capacidade e por me fazerem enxergar que valia a pena continuar.

Aos professores e colegas de curso, pois juntos trilhamos uma etapa importante de nossas vidas.

À Prof^a. Vania Cristina Pastri Gutierrez, minha orientadora, por me ajudar a desenvolver cada capítulo deste trabalho.

D'AVILA, Simone. **Análise Horizontal e Vertical dos Demonstrativos Financeiros: Estudo de Caso em Uma Indústria Alimentícia de Marília – SP.** 2014. 44 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração de Empresas) - Centro Universitário Eurípides de Marília, Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, Marília, 2014.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo investigar as ferramentas de análise vertical e análise horizontal nos demonstrativos financeiros de uma empresa alimentícia da cidade de Marília – SP. A construção do trabalho passa pela análise bibliográfica de conceitos de organizações e a administração envolvida. Também faz uma abordagem teórica nas diversas ferramentas de análise financeira que são utilizadas corriqueiramente em empresas de diversas áreas. Por fim, é desenvolvido um estudo sobre uma indústria alimentícia da cidade de Marília – SP, sob a perspectiva de análises de demonstrativos financeiros e comprovar, mediante cálculos contábeis, o desempenho da mesma. Para tanto, será concentrada a análise sobre demonstrativos financeiros emitidos num determinado período de tempo, de forma a comprovar os preceitos identificados em pesquisas bibliográficas. Acredita-se que esse estudo contribuirá para a reflexão sobre a utilização de cálculos contábeis como forma de se identificar eficiência procedimental à luz das análises financeiras.

Palavras-chave: organizações, demonstrativos financeiros, análise horizontal, análise vertical, empresa alimentícia.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Balanço Patrimonial.....	17
-------------------------------------	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Demonstrações de Resultado do Exercício.....	32
Figura 2 – Balanço Patrimonial.....	33

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – ADMINISTRAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES	11
1.1. Organizações: ideias e conceitos	11
1.2. Organizações e atualidade	12
CAPÍTULO 2 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	14
2.1. Administração financeira: conceitos	14
2.2. Demonstrações financeiras	14
2.3. Modelos de Demonstrações financeiras	15
2.3.1. Balanço Patrimonial – (BP)	15
2.3.1.1. Ativo	17
2.3.1.2. Passivo	18
2.3.2. Demonstrativo de Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA	19
2.3.3 Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE	20
2.3.4. Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC	21
2.3.5. Demonstração do Valor Adicionado – DVA	22
2.4. Formas de Análises	22
2.4.1. Análise através de índices	23
2.4.1.1. Índice de Liquidez	23
2.4.1.1.1. Liquidez Geral – LG	24
2.4.1.1.2. Liquidez Corrente – LC	24
2.4.1.1.3. Liquidez Seca – LS	25
2.4.2. Índice de Endividamento	25
2.4.2.1. Índices de Endividamento Geral (EG)	26
2.4.2.2. Índice de Cobertura de Juros	26
2.4.2.3. Índice de Cobertura de Obrigações Fixas	27
2.4.3. Índice de Atividade	27
2.4.4. Índice de Rentabilidade	27
2.5. Análise Vertical (AV) e Análise Horizontal (AH)	28
2.5.1. Análise Vertical (AV)	28
2.5.2. Análise Horizontal (AH)	28
CAPITULO 3 – ESTUDO DE CASO	30
3.1. Metodologia	30
3.2. Empresa do Estudo de Caso	31
3.3. Balanço e Demonstrações de Resultado de Exercício	32
3.4. Avaliação Vertical (AV) dos Balanços Patrimoniais	34
3.4.1. Liquidez geral	34
3.4.2. Liquidez imediata	35
3.4.3. Liquidez seca	35
3.4.4. Liquidez corrente	36
3.4.5. Grau de Endividamento	37
3.5. Avaliação Horizontal (AV) das Demonstrações Financeiras	38

3.5.1. Liquidez geral	38
3.5.2. Liquidez imediata.....	39
3.5.3. Liquidez seca	39
3.5.4. Liquidez corrente	40
3.5.5. Grau de Endividamento.....	40
3.5.6. Avaliação horizontal da DRE	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43

INTRODUÇÃO

Para que a organização tenha as informações necessárias sobre sua rentabilidade os administradores fazem um levantamento de dados financeiros por meio de demonstrativos e análise. As decisões devem ser feitas com muito cuidado, pois uma decisão tomada hoje poderá causar efeitos no futuro, bons ou ruins. Como é difícil identificar ou quantificar esses efeitos, considerando as diversas variáveis internas e externas, fica pior ainda se forem maior os riscos e incertezas do cenário econômico.

Assim, surge a necessidade e a importância de fazer o uso da análise econômico-financeira, também conhecida como Análise das Demonstrações Contábeis, que representa um dos instrumentos mais importantes no processo de gerenciamento empresarial. A análise econômico-financeira é feita com base nos demonstrativos contábeis, com o objetivo de avaliar a situação da empresa em seus aspectos operacionais, econômicos, patrimoniais e financeiros.

Portanto, todo administrador precisa ter conhecimento da atual situação econômico-financeiro da empresa, para tomar decisões que a levem ao sucesso ou a corrigir eventuais distorções, e ainda rever as estratégias para alocação de recursos.

Assim serão abordados os conceitos de demonstrativos contábeis, buscando entender de onde se tira às informações necessárias para a elaboração das análises, a partir do Balanço Patrimonial e DRE (demonstração do resultado do exercício).

Neste sentido, o trabalho em questão terá a seguinte abordagem:

- capítulo 1, que comentará sobre as organizações e administração, que surge como uma maneira de justificar o estudo das análises de demonstrações financeiras como uma forma de ferramenta administrativa;
- capítulo 2, que contemplará as bases teóricas da administração financeira, das demonstrações financeiras e da análise vertical e horizontal;
- capítulo 3, que será propriamente o estudo de caso, baseado na avaliação do Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultados do Exercício.

Este estudo tem por objetivo analisar a situação econômico-financeira de uma indústria alimentícia situada na cidade de Marília - SP, com a finalidade de comparar o seu desempenho em determinado período. Para isso, serão feitas pesquisas e análises através de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e Fluxo de Caixa.

Como objetivo geral, deve-se verificar a importância da análise vertical e horizontal dos demonstrativos financeiros na avaliação de desempenho da empresa.

Como objetivos específicos tem-se:

- Estudar os conceitos em administração financeira;
- Comparar as aplicações dentro da empresa;
- Conceituar a análise vertical;
- Conceituar a análise horizontal;
- Interpretar a análise vertical e horizontal dos demonstrativos financeiros.

Para tanto, o presente trabalho será desenvolvido como um “estudo de caso” e tem como característica uma abordagem metodológica de investigação.

De início, serão abordados os conceitos em Administração Financeira e Demonstrações Financeiras, em material bibliográfico e on-line, de autores que oferecem embasamento teórico sobre o estudo. Em seguida a pesquisa detalha com aprofundamento as análises vertical e horizontal dos demonstrativos financeiros e como interpretá-las.

A empresa escolhida é do ramo de alimentos, localizada na cidade de Marília SP. O estudo busca compreender os demonstrativos financeiros utilizando os métodos de análise vertical e horizontal.

Portanto, realizar-se-á uma pesquisa sobre a história da empresa para levantar dados importantes obtidos em suas demonstrações contábeis com intuito de compreender os métodos aplicados.

Justifica-se o trabalho em questão, no tocante à utilização de demonstrativos financeiros por meio de cálculos a partir dos dados obtidos da empresa, que servirá como um parâmetro que pode ser utilizado na determinação de averiguação dos procedimentos tomados, visando justamente à obtenção de resultados. Ou seja, o estudo em questão, traz a luz de cálculos financeiros os dados obtidos na empresa alvo deste trabalho, para compreender se a mesma está obtendo resultados positivos.

CAPÍTULO 1 – ADMINISTRAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES

Para o trabalho em questão, vale fazer um estudo dos paralelos entre a administração e as organizações, de forma a sustentar a ideia de que se é necessário compreender as organizações e os acontecimentos contemporâneos, proporcionando a ideia de busca de melhorias para empresas e escolha de melhores ferramentas na objetivação de resultados eficientes.

Desta forma, neste capítulo, serão demonstrados conceitos e ideias que proporcionarão uma abordagem inicial dos preceitos a serem tratados neste trabalho.

1.1. Organizações: ideias e conceitos

Para Silva (2001, apud ABREU, TELES e DOS SANTOS, 2008), no que tocante às organizações, cita que estas se deparam com muitas restrições em suas operações, advindas do ambiente geral externo (macro-ambiente), cuja construção provém de forças indiretas, cujas ações têm influência no clima organizacional e a na maneira como se administram as organizações.

Para Cury (2000, apud ABREU, TELES e DOS SANTOS, 2008), a administração, mediante de cooperação e racionalidade, aparece como um meio que busca resultados, dos quais apresentam uma natureza dotada de reflexão, estudo e pensamento, com consequência de metas a serem atingidas, de forma a adequar-se ao meio e aos fins.

Araújo (2006, apud ABREU, TELES e DOS SANTOS, 2008), partindo do mesmo raciocínio, destaca que o pensamento administrativo apresenta evolução constante que visa buscar a adaptação à tecnologia, às relações humanas e às incertezas que estão inseridas as organizações.

Sendo assim, pode-se observar nas colocações dos autores, que a Administração é uma forma de se fazer frente às diversas influências geradoras de restrições. Faz uso de cooperação e racionalidade e de formas de se agir e pensar adaptando-se as várias vertentes que as organizações apresentam e que devem ser, de certa forma, adaptadas para se alcançarem os resultados. Ou seja, o meio pela qual se pensa na administração é oriundo das ocorrências do ambiente que as organizações fazem parte e sua adaptação a este cenário.

Para Maximiniano (2000, apud ABREU, TELES e DOS SANTOS, 2008), as grandes organizações sempre precisaram de uma necessidade de administrar, desde as mais antigas até as atuais. Em função destas necessidades, os administradores profissionais desenvolvem teorias que auxiliam nas tomadas de decisões.

Ou seja, mediante a necessidade de administrarem as organizações, faz-se necessário o desenvolvimento de ideias que buscam sustentar estas exigências.

1.2. Organizações e atualidade

Gonçalves, Gonçalves Filho e Reis Neto (2006, apud ABREU, TELES e DOS SANTOS, 2008) citam que a globalização proporciona um comércio multilateral com a diminuição das barreiras ao comércio internacional, gerando, assim, integração de setores como comunicações, economia, finanças e negócios, que por consequência faz com que haja uma interdependência econômica entre os países, reorganizando a divisão internacional do trabalho. Continua citando que, com o desenvolvimento e a proliferação das tecnologias de informação, bem como a inclusão da internet nos procedimentos do cotidiano, causou uma necessidade cada vez maior de comunicação entre as pessoas, gerando uma rede de interação mundial.

Ou seja, o fator globalização provoca nas empresas, assim, como nas pessoas, uma maior interação, uma necessidade de se fazer contato, que provavelmente geram outras formas de se agir.

Gonçalves, Gonçalves Filho e Reis Neto (2006, apud ABREU, TELES e DOS SANTOS, 2008) ainda informam que, com a globalização e suas tendências, torna-se necessário que as organizações atinjam a integração, a autonomia, a excelência de processos e a proliferação das metas e objetivos em suas diversas áreas.

Daft (2002, apud ABREU, TELES e DOS SANTOS, 2008) faz constar que os desafios encontrados pelas organizações do início do século XXI são bem diferentes de antigamente, pois o mundo está se modificando mais rapidamente do que nunca, onde a expressão “O mundo está cada vez menor” transformou-se em um clichê para as organizações. Discorre ainda citando que em boa parte do século XX, as organizações operavam em um ambiente empresarial de certa forma mais estável, e que atualmente, com a

globalização, os formatos organizacionais e padrões que conduziam as empresas neste período já não funcionam.

Os autores complementam a ideia de que deve haver uma forma diferente de se administrar, visto que os procedimentos antigos não cabem mais no atual cenário mundial e local.

Chiavenato (2004, apud ABREU, TELES e DOS SANTOS, 2008) faz constar que, concomitante à perspectiva futura da administração, em cada época uma forma organizacional nova desenvolve-se para atender as novas perspectivas. Cita ainda questões sobre organizações, em que vale destacar os seguintes:

- Crescimento físico e em complexidade das organizações, devido a sua expansão;
- Necessidade de competência das pessoas para atender às mudanças rápidas.

Ou seja, de acordo com as abordagens do autor, as empresas devem estar em processo mutável para atender as novas perspectivas das organizações, visto que as mesmas apresentam o crescimento complexo e apresenta necessidade de competência das pessoas que participam de seus procedimentos.

Desta forma, fica clara a responsabilidade dos administradores e a complexidade de suas funções, pois as mesmas afetam diretamente comportamento de pessoas e resultados das organizações. Fica clara a necessidade de se fazerem escolhas e aplicar ferramentas que proporcionem auxílio neste ambiente mutável e célere em que as empresas estão inseridas. Para tanto, a administração disponibiliza várias formas de ações e meios de análise para auxílio destes administradores.

Este trabalho de conclusão de curso faz uso da análise da administração financeira, mediante análise de demonstrações financeiras, preocupando-se com resultados das atividades das empresas, de forma a dar parâmetros àqueles profissionais responsáveis pela produção e venda das empresas.

CAPÍTULO 2 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

O capítulo em questão destina-se a apresentar os conceitos da administração e demonstrações financeiras, informações necessárias para a avaliação a que se propõe este trabalho, além de demonstrar os tipos de demonstrativos que serão utilizados como base para determinar a direção do trabalho em questão.

2.1. Administração financeira: conceitos

Para Gitman (2006, p. 4), “[...] administração financeira preocupa-se com tarefas do administrador financeiro na empresa”. Ou seja, o administrador financeiro faz uso de seus conhecimentos para administrar as questões financeiras da empresa.

Gitman (2006) destaca também que os administradores financeiros exercem diversas tarefas financeiras e, nos últimos anos, com a mudança dos ambientes econômico e regulamentar, seu papel tem aumentado de importância.

Desta forma, a importância do administrador nos últimos tempos aumentou. Sua principal fonte de trabalho é a elaboração e utilizações das demonstrações financeiras.

2.2. Demonstrações financeiras

De acordo com Gitman (2006 p. 36):

As empresas apresentam usos muito diferentes para os registros e relatórios padronizados de suas atividades financeiras. [...] é necessário entregar relatórios a órgãos reguladores, credores, proprietários e administradores.

Ou seja, o autor identifica a necessidade que as empresas têm em elaborar documentos, para cumprimento de suas atribuições. Desta forma elas fazem demonstrações financeiras que são estes registros e relatórios citados. .

Segundo (MATARAZZO, 2003) “as demonstrações contábeis e demais informações destinadas aos acionistas a aos diversos grupos de usuários interessados prestam grande contribuição na avaliação dos riscos e potencialidades de retorno da empresa”.

Dessa forma deve-se ter todo cuidado na hora de demonstrar os dados e informações contidos no relatório dos demonstrativos financeiros para não prejudicar no resultado do exercício da empresa.

De acordo com as Leis 11.638/07 e 11.941/09 as demonstrações contábeis financeiras são compostas por:

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração de Lucros ou Prejuízos acumulados;
- c) Demonstração do Resultado do Exercício;
- d) Demonstração do Fluxo de Caixa;
- e) Demonstração do valor adicionado, quando se tratar de companhia aberta.

Estes modelos citados serão exemplificados na sequência do trabalho.

2.3. Modelos de Demonstrações financeiras

Neste capítulo serão apresentadas as demonstrações financeiras, que, como cita Zanluca (2014):

Para fins de atendimento dos usuários da informação contábil, a entidade deverá apresentar suas demonstrações contábeis (também usualmente denominada "demonstrações financeiras") de acordo com as normas regulamentares dos órgãos normativos.

Ou seja, ou seja, as demonstrações são obrigatoriedades das empresas, tendo em vista exigências legais.

2.3.1. Balanço Patrimonial – (BP)

Matarazzo (2003 p. 41). diz:

Balanço Patrimonial é a demonstração que apresenta todos os bens e direitos da empresa - Ativo -, assim como as obrigações – Passivo Exigível – em determinada data. A diferença entre Ativo e Passivo é chamada Patrimônio Líquido e representa o capital investido pelos proprietários da empresa, quer através de recursos trazidos de fora da empresa, quer gerado por esta em suas operações e retidos internamente.

Desta forma, pode-se observar que esta demonstração contábil é separada em duas partes compostas por três elementos básicos, o Ativo (bens e direitos), o Passivo (obrigações) e o Patrimônio Líquido que representa o capital que os proprietários tem investido na empresa.

Corroborando com Matarazzo, Gitman (2010, p.43) afirma que “o **Balanco Patrimonial** é uma descrição resumida da posição financeira da empresa em uma certa data”.

Sendo assim, a administração financeira serve-se de dados apresentados em um determinado período do tempo. Ou seja, a referência do tempo identifica a situação financeira da empresa. Tal ponto servirá como parâmetro no estudo de caso do trabalho em questão.

De acordo com o artigo 178 da Lei nº 6.404/1976 - Lei das sociedades por ações, alteradas pela Lei 11.638/07 e MP 449/08, estabelece o seguinte:

***Art. 178.** No Balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.*

§1º No Ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados (e aquilo que se transforma mais rápido em dinheiro), nos seguintes grupos:

- a) Ativo circulante;*
- b) Ativo não circulante;*
- b1) Ativo realizável a longo prazo;*
- b2) Ativo permanente, dividido em Investimentos, Ativo imobilizado e Ativo intangível.*

O Ativo diferido não é mais demonstrado.

***Nota de atualização:** A partir da alteração da legislação societária promovida pela Lei 11.638/07, o Ativo intangível deve figurar no Balanço Patrimonial das empresas como subgrupo de Ativo Permanente, cujo objeto são os bens intangíveis anteriormente classificados no Ativo Imobilizado.*

§2º No passivo, as contas serão classificadas segundo a ordem decrescente de exigibilidade (e aquilo que temos que pagar de acordo com as datas), nos seguintes grupos:

- a) Passivo circulante;*
- b) Passivo não circulante;*
- b1) Passivo exigível a longo prazo;*
- b2) Resultados de exercícios futuros; (não existe mais)*
- c) Patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, reservas de reavaliação, reserva de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados*

§3º Os saldos devedores e credores que a companhia não tiver direito de compensar serão classificados separadamente.

***Nota de atualização:** A partir da alteração da legislação societária promovida pela Lei 11.638/07, foi suprimido o grupo de contas intitulado Reserva de Reavaliação no Balanço Patrimonial.*

De acordo com a Lei nº 11.638/07, MP nº 449/08 e Resolução CFC nº 1.121/08, a nova estrutura do Balanço Patrimonial passa a ser a seguinte:

Tabela 1 – Balanço Patrimonial (Fonte Conselho Federal de Contabilidade)

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Investimento	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Imobilizado	Capital Social
Intangível	(-) Gastos com Emissão de Ações
	Reservas de Capital
	Ações Outorgadas Reconhecidas
	Reservas de Lucros
	(-) Ações em Tesouraria
	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Ajustes Acumulados de Conversão
	Prejuízos Acumulados
TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO PASSIVO

Fonte: site CFC - Conselho Federal de Contabilidade (2014)

2.3.1.1. Ativo

Ativo elemento do balanço patrimonial localizado no lado direito do demonstrativo onde representa os Bens e Direitos da empresa é composto por ativo circulante e ativo não circulante.

Ativo Circulante, relação de contas do ativo que apresenta todos os Bens e Direitos da empresa, que podem estar à disposição no curto prazo, ou seja, dentro do período do exercício em um ano (360 dias, ano fiscal). Ex: Caixa, Bancos, Estoques, Contas a Receber, etc.

Assim, Machado (2004, p.38) comenta que “Ativo Circulante abrange um grupo de contas que se transformarão em disponibilidade no prazo máximo de um ano, ou seja, no próprio exercício social”.

Ativo Não Circulante representa todos os Bens e Direitos que poderão ou deverão ser movimentadas a longo prazo, ou seja, pós 360 dias. Ex: Realizável a Longo prazo são as contas a receber num prazo maior que um ano. Investimento refere-se a aquisição de ativos financeiros com resgates com mais de 360 dias (ações, letras de cambio, terrenos e outros). Imobilizado são bens imóveis da empresa, que não pretende vender e que serve para o

funcionamento da empresa como a própria fábrica, equipamentos, veículos, etc. Intangível - itens não palpáveis como a Marca e a Patente da empresa.

2.3.1.2. Passivo

Passivo representa as obrigações da empresa, localizado no lado esquerdo do Balanço Patrimonial classificadas em Passivos Circulantes, Passivos Não circulantes e Patrimônio Líquido.

Passivo Circulante são as obrigações que devem ser pagas no curto prazo, no período do exercício social em um ano. Fornecedores, contas a pagar, empréstimos, etc.

Segundo Gitman (2010, p. 43) “os Ativos Circulantes e Passivos Circulantes se caracterizam pelo curto prazo. Isso significa que devem ser convertidos em caixa (ativo circulante) ou pagos (passivos circulante) dentro de um ano”.

Passivo Não Circulante consiste em obrigações a longo prazo, geralmente a serem quitadas a partir do 13º mês seguinte do exercício social. Instituições financeiras, créditos de sócios, acionistas, diretores e empresas coligadas e controladas, obrigações tributárias de longo prazo, debêntures e outras obrigações contratuais exigíveis após o exercício seguinte.

Patrimônio Líquido elemento do Passivo que representa os valores que os sócios ou acionistas têm na empresa, também denominado como a diferença entre o valor do Ativo e o Passivo igual a Patrimônio Líquido ($PL = A - P$).

De acordo com o Ribeiro, (2009, p.16):

Patrimônio Líquido é o mesmo que Situação Líquida. Embora sejam duas expressões utilizadas como sinônimas, nos meios contábeis há momentos em que o uso de uma é mais adequado que o da outra, portanto, quando elaboramos o Balanço Patrimonial, não podemos denominar “Situação Líquida” o grupo de contas que representa o capital próprio da empresa, pois, segundo a Lei nº 6.404/76, deve receber a denominação de Patrimônio Líquido.

Dessa forma o grupo do Patrimônio Líquido é composto pelas seguintes contas que o representam:

Capital Social – é o investimento inicial dos sócios ou acionistas para abertura de uma empresa.

Reserva de Capital - são constituídas com valores recebidos pela empresa e que não transitam pelo resultado, por não se referirem à entrega de bens ou serviços pela empresa.

Reservas de Lucros – são as contas de reservas constituídas pela apropriação de lucros da empresa. Conforme previsto pelo § 4º do art. 182 da Lei 6.404/76.

Ajuste de avaliação Patrimonial – é a correção valor apresentada no balanço patrimonial, por um ativo ou no passivo, em relação ao seu valor justo. Esta correção expressa a realidade patrimonial de uma empresa, e pode ser ajustada para mais ou para menos.

Ações em tesouraria – são aquelas adquiridas pela própria instituição, são demonstradas no Balanço Patrimonial dedução da conta do patrimônio líquido que registrar a origem dos recursos aplicados na sua aquisição. Tal operação poderá gerar resultados positivos ou negativos não podendo integrar o resultado da instituição.

Prejuízos acumulados – “prejuízos apurados pela empresa no exercício atual, ou em exercícios anteriores, até que sejam compensados com lucros, saldos de reservas ou assumidos pelos sócios” (Moura, 2009, p. 399).

2.3.2. Demonstrativo de Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA

De acordo com o artigo 186, § 2º da Lei nº 6.404/76, adiante escrito, a companhia poderá, à sua opção, incluir a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.

A função deste demonstrativo é ilustrar as alterações ocorridas no saldo da conta de lucros ou prejuízos acumulados, no Patrimônio Líquido. Para isso é necessário que indique:

- O saldo inicial do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial;
- As reversões de reservas e o lucro líquido do exercício;
- As transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo final do período;
- O montante do dividendo por ação do capital social.

Ainda, de acordo com o artigo 186, § 2º da Lei nº 6.404/76, adiante escrito, a companhia poderá, à sua opção, incluir a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.

Müller (2009, p.5) destaca que “com tal demonstração, podemos conhecer a destinação do resultado ou sua utilização, complementando as informações do Balanço Patrimonial e da DRE”.

2.3.3 Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE

Ribeiro (2009) cita que Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é um relatório contábil elaborado em conjunto com o Balanço Patrimonial, que descreve as operações realizadas pela empresa em um determinado período.

Segundo Matarazzo (1988, p.47), a Demonstração de Resultados do Exercício demonstra:

Os aumentos e reduções causados no Patrimônio Líquido pelas operações da empresa. As receitas representam normalmente aumentos do Ativo, através de ingresso de novos elementos. As despesas representam redução do Patrimônio Líquido. Enfim, todas as receitas e despesas se acham compreendidas na Demonstração do Resultado, segundo uma forma de apresentação que as ordena de acordo com a sua natureza, fornecendo informações significativas sobre a empresa.

A DRE tem como objetivo principal apresentar de forma vertical resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período, normalmente, de doze meses.

De acordo com a legislação mencionada, as empresas deverão na DRE discriminar:

- A receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;
- A receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
- As despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;

- O lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas;
- O resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;
- As participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;
- O lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

Na determinação da apuração do resultado do exercício serão computados em obediência ao princípio da competência:

- As receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente de sua realização em moeda; e...
- Os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

2.3.4. Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC

Após o surgimento da Lei ° 11.638/07 a DOAR (Demonstrações de Origens e Aplicações de Recursos) passou a ser DFC (Demonstrações do Fluxo de Caixa), pois sua linguagem padronizada facilitou a compreensão do demonstrativo. “O objetivo da DFC é fornecer informação da capacidade de cada fluxo por natureza de atividades para os usuários em saber como a empresa gera caixa e equivalentes a caixa, assim auxiliando o investidor a tomar a melhor decisão em relação à companhia” (Ederson Chaves Conceição).

Antes as empresa de capital aberto ou fechado com o patrimônio líquido inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão) não eram obrigadas a registrarem a DFC, depois da lei 11.638/07 art.178 as empresa com capital aberto e com patrimônio líquido superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões) passou a ser obrigatório.

Müller (2009, p.7) cita o seguinte:

DFC - informar a origem dos recursos ingressados nas contas de caixa e equivalentes de caixa, e saber onde eles foram aplicados em determinado período é o objeto da Demonstração de Fluxo de Caixa. O total de ingressos é sempre igual ao total das aplicações, uma vez que a Contabilidade não cria nem faz desaparecer valores.

Desta forma pode-se identificar de onde veio e para onde foi os recursos financeiros da empresa.

2.3.5. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Lei 6.404/76 após a publicação da Lei 11.638/07 art. 176 o qual trata sobre as demonstrações financeiras a serem elaboradas com base na escrituração contábil. Entre as demais alterações, houve a inclusão da Demonstração do Valor Adicionado – DVA. A legislação apresenta como obrigada a elaborar a DVA apenas as Companhias Abertas S/A, as demais de capital fechado ou LTDA, recomenda-se que faça essa demonstração mesmo que apenas para fins gerenciais. (Theodoro Versolato Júnior).

Segundo Pereira, (2006, p. 102), “A DVA mostra a geração de valor e sua distribuição, para pagamento de insumos, para pagamento de salários aos empregados, impostos ao governo, dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas e reinvestimento na empresa”.

Como cita Pereira (2006), a DVA é dividida em duas partes: a formação da riqueza e a distribuição da riqueza.

Formação da Riqueza é a riqueza formada pela própria entidade, na DVA é apresentada de forma detalhada em sua primeira parte. A Distribuição da Riqueza é a riqueza obtida pela entidade e também é apresentada de forma detalhada na segunda parte da DVA.

2.4. Formas de Análises

Quando se examina um balanço patrimonial para saber como está formado, nos seus menores componentes, está se fazendo uma análise. Além da utilização dos índices de liquidez, endividamento e rentabilidade, também se utiliza a análise vertical e horizontal que demonstra a relação entre as contas que compõem o patrimônio.

Segundo Matarazzo, (2003, p.243), “a análise vertical/horizontal aponta qual o principal credor e como se alterou a participação de cada credor nos últimos dois exercícios”.

A análise vertical e horizontal visa oferecer informações sobre a composição e a evolução da estrutura das demonstrações.

2.4.1. Análise através de índices

Para o conhecimento da situação econômica e financeira da empresa é fundamental a análise por índices.

A análise através de índices relaciona itens e grupos do Balanço Patrimonial (PL) e dos demonstrativos de resultado (DRE), e ajuda a entender o desempenho da empresa no passado e, através da comparação com padrões pré-estabelecidos, a examinar a posição dela em seu setor de mercado em relação à concorrência.

Dá para fazer essa análise de forma simples e superficial através dos principais índices composto por:

- Índice de liquidez
- Índice de endividamento
- Índice de atividade
- Índice de rentabilidade

Matarazzo (3003, p. 147) destaca o seguinte:

Índice é a relação ente contas ou grupos de contas das Demonstrações Financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa. A característica fundamental dos índices é fornecer visão ampla da situação econômica ou financeira da empresa.

Seguindo os padrões pré-estabelecidos cada índice revela uma situação em que a empresa vivendo.

2.4.1.1. Índice de Liquidez

Os índices desse grupo mostram a base da situação financeira da empresa. Identifica e apresenta a capacidade de pagamentos da empresa em função do vencimento de seus compromissos e da realização de seus direitos. No entanto, vale ressaltar que liquidez não é sinônimo de solvência. Liquidez é a capacidade de liquidar obrigações em dia enquanto que a solvência é a capacidade de sanar dívidas.

Matarazzo, (2003, p.164), comenta que “uma empresa com bons índices de liquidez tem condições de ter boa capacidade de pagar suas dívidas, mas não estará, obrigatoriamente, pagando suas dívidas em dia em função de outras variáveis como prazo, renovação de dívidas etc”.

Principais índices de liquidez: liquidez geral, corrente e seca.

2.4.1.1.1. Liquidez Geral – LG

Neste índice é possível saber o quanto a empresa possui em dinheiro, bens e direitos realizáveis a curto e a longo prazo, para honrar todos os seus compromissos (obrigações), também de curto e longo prazo.

O índice de liquidez geral é um indicador que subentende que, se a empresa parasse suas atividades naquele momento, conseguiria saldar suas dívidas de curto e longo prazo sem precisar envolver o ativo permanente. É um índice do tipo quanto maior, melhor.

Fórmula:

$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

Indica quanto a empresa possui no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo para cada \$ 1,00 de dívida total.

Da Silva (2006), em seu texto, não estabelece um índice ideal, pois para ele uma empresa com um índice mesmo maior que um poderá ter dificuldades para honrar seus compromissos, tendo em vistas variáveis com:

- Ausência ou constituição a menor de provisões para férias, impostos ou encargos.
- Prazos e características das exigibilidades assim como das disponibilidades.
- Forma de avaliação dos estoques, etc.

Desta forma, entende-se que mesmo que o índice for maior que um, representando um bom resultado ele pode não ser tão bom assim. Pois a comissão de algum registro por parte da empresa poderá alterar significativamente o resultado deste índice.

2.4.1.1.2. Liquidez Corrente – LC

Este índice indica a capacidade da empresa em honrar seus compromissos de curto prazo com os recursos também de curto prazo, ou seja, é a relação entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante. Sendo:

Formula:
$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Indica quanto à empresa possui em dinheiro mais bens e direitos realizáveis no curto prazo, comparado com suas dívidas a serem pagas no mesmo período.

O índice de liquidez corrente é utilizado como um medidor da capacidade da empresa saldar suas dívidas no curto prazo, ou seja, da saúde financeira da empresa.

Braga (1989, p. 138), cita que “por este quociente verifica-se, teoricamente, quantas unidades monetárias a empresa possui para pagar cada unidade de curto prazo. Em outras palavras, destina-se a avaliar a capacidade da empresa pagar suas obrigações a curto prazo.”

2.4.1.1.3. Liquidez Seca – LS

Este índice tem o mesmo raciocínio dos índices de liquidez geral e corrente, considerando que quanto maior for o resultado melhor.

Para calcular esse índice utilizam-se os componentes do ativo circulante mais líquido descontando o estoque sendo que este é o mais demorado em se transformar em dinheiro e divide pelo passivo circulante.

Formula:
$$\frac{\text{Disponibilidades} + \text{Aplicações Financeiras} + \text{Duplicatas a Receber Líquida}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para Gitman, (2001, p.136), “um índice de liquidez seca de 1,0 ou maior é por vezes, recomendado, mas, como no caso da liquidez corrente, o valor aceitável depende em grande medida do setor em questão”.

2.4.2. Índice de Endividamento

Para Matarazzo, (1998, p.157) “os índices desse grupo mostram as grandes linhas de decisões, em termos de obtenção e aplicações de atividades”.

Neste índice é possível verificar o grau de endividamento da empresa e em que proporção vem financiando seu o Ativo com Recursos Próprios (Patrimônio Líquido) ou de Terceiros (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo).

Da mesma forma em que a liquidez tem suas subdivisões o endividamento também tem como: índice de endividamento geral, índice de cobertura de juros e índices de cobertura de obrigações fixas.

2.4.2.1. Índices de Endividamento Geral (EG)

Segundo Gitman, (2010, p. 56), este índice “mede a proporção a proporção do ativo total financiada pelos credores da empresa. Quanto mais elevado maior o montante de capital de terceiros usado para gerar lucros”.

É representado da seguinte forma:

$$\text{Índice de endividamento geral} = \frac{\text{Passivo total}}{\text{Ativo Total}}$$

O resulta indica com quantos % do capital de terceiros a empresa financia o ativo.

2.4.2.2. Índice de Cobertura de Juros

Para Gitman (2010, p. 47), “o índice de cobertura de juros mede a capacidade da empresa de honrar seus pagamentos contratados de juros. Quanto maior seu valor, maior a capacidade da empresa de cumprir com suas obrigações de pagamentos de juros”.

Seu cálculo se dá por:

$$\text{Índice de cobertura de juros} = \frac{\text{Lucro antes de juros e IR}}{\text{Juros}}$$

Esse índice mede a capacidade da empresa de fazer frente a suas despesas financeiras contratuais.

2.4.2.3. Índice de Cobertura de Obrigações Fixas

Gitman (2010, p. 57) cita que “o índice de cobertura de obrigações fixas mede a capacidade da empresa de fazer frente a todos Os seus compromissos fixos, tais como juros e principal, arrendamento mercantil e dividendos preferenciais. Como no caso do índice de cobertura de juros, quanto maior o valor, melhor”.

$$\text{Índice de cobertura de obrigações fixas} = \frac{\text{Lucro antes de juros e IR + arrendamentos}}{\text{Obrigações fixas}}$$

Esse índice mostra a condição da empresa honrar com suas obrigações fixas.

2.4.3. Índice de Atividade

Conforme Gitman (2004, p. 47), “os índices de atividade servem para medir a velocidade em que as várias contas são convertidas em vendas ou caixas – entradas ou saídas”.

Assim, vale lembrar que a importância de analisar esse índice além das medidas de liquidez geral e aferir a atividade (liquidez) de contas específicas.

2.4.4. Índice de Rentabilidade

Matarazzo (1998, p. 187), destaca o seguinte:

O papel do índice de Rentabilidade de Patrimônio Líquido é mostrar qual a taxa de rendimento do Capital Próprio. Essa taxa pode ser comparada com a de outros rendimentos alternativos no mercado, como Caderneta de Poupança, CDBs, Letras de Câmbio, Ações, Alugueis, Fundos de Investimento, etc. Com isso se pode avaliar se a empresa oferece rentabilidade superior ou inferior a essas opções.

Sendo assim, conforme observado no texto do autor, tal índice traz uma visão da rentabilidade do capital próprio aplicado, observando a performance.

2.5. Análise Vertical (AV) e Análise Horizontal (AH)

A análise vertical e a análise horizontal se apresentam como forma de avaliação das demonstrações financeiras, como podem ser observadas nas conceituações identificadas a seguir.

2.5.1. Análise Vertical (AV)

Ribeiro (1997, p. 173) cita o seguinte:

A Análise Vertical, também denominada por alguns analistas **Análise por Coeficientes**, é aquela através da qual se compara cada um dos elementos do conjunto em relação ao total do conjunto. Ela evidencia a percentagem de participação de cada elemento no conjunto.

Através da análise vertical verifica-se a participação de cada elemento em relação ao todo. E é no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultados de Exercício que sua aplicação tem maior importância.

Silva (2006, p. 226), diz que:

O primeiro propósito da análise vertical (AV) é mostrar a participação relativa de cada item de uma demonstração contábil em relação a determinado referencial. No balanço, por exemplo, é comum determinarmos quanto por cento representa cada rubrica (e grupo de rubricas) em relação ao ativo total.

Vale lembrar que o resultado apresentado pela análise vertical deve ser analisado em conjunto com a análise horizontal e os demais índices como: liquidez, endividamento e rentabilidade.

2.5.2. Análise Horizontal (AH)

Blatt (2001, p.60) define Análise Horizontal da seguinte forma:

Tem por objetivo demonstrar o crescimento ou queda ocorrida em itens que constituem as demonstrações contábeis em períodos consecutivos. A análise horizontal compara percentuais ao longo de períodos, ao passo que a análise vertical compara-os dentro de um período. Esta comparação é feita olhando-se horizontalmente ao longo dos anos nas demonstrações financeiras e nos indicadores.

A Análise Horizontal verifica a variação das contas que compõem as demonstrações contábeis em diversos momentos. Para isso, costuma-se tomar o primeiro exercício com base 100 e estabelece a evolução dos demais exercícios comparativamente a essa base inicial.

Matarazzo (2003, p. 245) cita que “a análise horizontal baseia-se na evolução de cada conta de uma série de demonstrações financeiras em relação à demonstração anterior e/ou em relação à demonstração financeira básica, geralmente a mais antiga”.

A variação desta análise se dá quando nos anos seguintes exceder a 100% ou o que faltar para 100%.

CAPITULO 3 – ESTUDO DE CASO

O capítulo em questão definirá o estudo de caso em relação à empresa selecionada para tal avaliação. O objetivo deste é destacar a metodologia aplicada, especificar a empresa, apresentar os dados apanhados e fazer a avaliação a que este trabalho objetiva.

3.1. Metodologia

Para a compreensão do contexto, vale identificar o que vem a ser metodologia e estudo de caso.

Quanto a metodologia, o Portal Educação (2014) cita que:

Uma pesquisa só existe através do levantamento de dúvidas referentes a algum tema, e as suas respostas buscam meios que levam o pesquisador a algum lugar com o seu trabalho científico. Todas as grandes invenções e acontecimentos do homem foram concluídos sempre pelo pressuposto de uma pergunta, de uma dúvida inerente que gerou análises para se chegar a uma solução. A metodologia se refere ao caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa. É a escolha que o pesquisador realizou para abordar o objeto de estudo.

Sendo assim, entende-se que a metodologia determina um norte ao pesquisador para que este faça a abordagem correta quando ao seu objeto e o levantamento das dúvidas pertinentes.

Quanto ao estudo de caso, para Gil (1991), caracteriza-se como, estudo, como o próprio nome o identifica, feito exaustivamente e aprofundando-se com pequeno número de objetos, que, desta forma, estabelece uma busca de um entendimento mais amplo e com maior especificidade deste objeto em questão.

Assim sendo, o estudo de caso estabelece um entendimento com maior aprofundamento de determinado objeto, para estabelecer um maior conhecimento deste, o que determina o fato deste trabalho se objetivar em apenas uma empresa e lançar conceitos da administração financeira buscando um estudo sobre a performance da mesma.

Tendo em vista o objetivo de estudo deste Trabalho de Conclusão, neste momento da elaboração, a pesquisa baseou-se em uma análise de demonstrativos financeiros, foram

coletadas informações referentes aos demonstrativos financeiros disponibilizados pela empresa alimentícia em questão.

Ou seja, a metodologia utilizada pautou-se no levantamento de dados financeiros que a empresa permite dentro de suas limitações legais.

3.2. Empresa do Estudo de Caso

A empresa em questão, situada na cidade de Marília – SP, atua na fabricação e comercialização de doces, como bombons, pão-de-mel, coberturas, dentre outros produtos.

Os primeiros produtos, amendoim salgado, pé de moleque e pipoca, eram fabricados de forma artesanal. Hoje, com várias linhas de produção e equipamentos de tecnologia avançada, atende todo território nacional e exporta para diversos países.

A empresa em questão busca concorrer com grandes marcas no varejo e no atacado, atingindo sucesso nas vendas em supermercados, por conseguir praticar preços mais acessíveis com produtos de qualidade.

Neste cenário, a empresa atinge patamar de empresa de grande porte, com capital aberto. Ou seja, a empresa é uma sociedade anônima de capital aberto.

Para melhor explicar, vale citar que as sociedades anônimas são reguladas pela Lei n.º 6.404 de 1976, alterada pela Lei n.º 10.303 de 2001. A Lei das Sociedades Anônimas, em seu artigo 1º, cita que:

Art. 1º: A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

Requião (2000, p. 30) cita que:

a lei exige que a companhia aberta, para ser assim considerada, esteja admitida à negociação em bolsa ou mercado de balcão. Sem essa admissão não se configura a sociedade aberta. Somente os valores mobiliários de companhia registrada na Comissão de Valores Mobiliários podem ser distribuídos no mercado e negociados em bolsa ou no mercado de balcão.

Por fim, as informações contábeis cedidas poderiam ser encontradas publicamente, tendo em vista o perfil jurídico da empresa, o que viabiliza a obtenção dos dados financeiros adquiridos para esta pesquisa.

3.3. Balanço e Demonstrações de Resultado de Exercício

Para desenvolver o trabalho foi possível obter o Balanço Patrimonial e a DRE – Demonstração de Resultados do Exercício.

Desta forma, nas figuras 1 e 2, estão disponibilizados a DRE e o Balanço Patrimonial da empresa em questão.

Figura 1 – Demonstrações de Resultados do Exercício

Demonstrações de resultados			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011			
<i>(Em milhares de Reais)</i>			
	Nota	2012	2011
Receita	21	232.949	229.764
Custo das vendas	22	(169.814)	(171.810)
Lucro bruto		63.135	57.954
Despesas de vendas	22	(34.487)	(37.972)
Despesas administrativas	22	(8.519)	(8.073)
Outras receitas e despesas líquidas	22	(5.326)	1.094
Resultado de equivalência patrimonial	10	57	(36)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		14.860	12.967
Receitas financeiras	23	4.535	3.616
Despesas financeiras	23	(10.532)	(10.220)
Despesas financeiras líquidas		(5.997)	(6.604)
Resultado antes dos impostos		8.863	6.363
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	(4.568)	(2.634)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	5.847	1.401
Resultado do exercício		10.142	5.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Figura 2 – Balanço Patrimonial

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2012	2011	Passivo	Nota	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.591	3.133	Fornecedores e outras contas a pagar	13	21.829	21.291
Contas a receber de clientes	6	24.479	26.125	Empréstimos e financiamentos	14	56.426	57.414
Estoques	7	9.625	8.911	Provisões e encargos trabalhistas	15	2.272	2.541
Impostos a recuperar	8	10.824	323	Impostos, taxas e contribuições	16	2.812	1.968
Outros créditos		725	997	Dividendos a pagar	19	1.014	612
Total do ativo circulante		<u>48.243</u>	<u>39.489</u>	Adiantamento de clientes		32	28
				Total do passivo circulante		<u>84.386</u>	<u>83.854</u>
Depósitos judiciais	17	553	555	Empréstimos e financiamentos	14	10.555	4.129
Impostos a recuperar	8	28.447	32.125	Impostos, taxas e contribuições	16	1.042	1.501
Outros créditos		198	381	Passivo fiscal diferido	9	239	6.085
Investimentos	10	319	270	Provisões para contingências	17	3.853	4.140
Ativo imobilizado	11	44.426	39.373	Outras contas a pagar	13	-	259
Ativo intangível	12	9.935	10.080	Total do passivo não circulante		<u>15.689</u>	<u>16.114</u>
Total do ativo não circulante		<u>83.878</u>	<u>82.785</u>	Patrimônio líquido			
				Capital social	20	13.000	10.000
				Reservas de capital	20	508	307
				Reserva de lucros	20	10.736	3.153
				Ajustes de avaliação patrimonial	20	7.801	8.846
				Total do patrimônio líquido	20	<u>32.045</u>	<u>22.306</u>
				Total do passivo		<u>100.075</u>	<u>99.968</u>
Total do ativo		<u>132.120</u>	<u>122.274</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>132.120</u>	<u>122.274</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

3.4. Avaliação Vertical (AV) dos Balanços Patrimoniais

Conforme abordado no sub-capítulo 2.5.1, a análise vertical trata de se fazer uma avaliação dos dados financeiros de forma a verificar a participação dos itens de uma demonstração financeira num determinado referencial. Ou seja, serão feitos cálculos de índices nos Balanços de 2011 e 2012 para conhecer os índices.

3.4.1. Liquidez geral

Zanluca (2014), sobre a Liquidez Geral, cita que “este índice leva em consideração a situação a longo prazo da empresa, incluindo no cálculo os direitos e obrigações a longo prazo. Estes valores também são obtidos no balanço patrimonial”.

Fazendo o uso da fórmula para encontrar o índice em questão considerando os dados obtidos nos relatórios contábeis apresentados do ano de 2011, tem-se:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})}$$

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{(39.489 + 33.061)}{(83.854 + 16.114)} = 0,7257$$

Fazendo uso da fórmula, considerando os dados obtidos nos relatórios contábeis apresentados do ano de 2012, tem-se:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{(48.243 + 29.198)}{(84.386 + 15.689)} = 0,7738$$

Observa-se que em ambos os casos o índice é inferior a um, ou seja, a Longo Prazo, a Liquidez é ruim, pois os Ativos são inferiores aos Passivos. No entanto, pode-se observar a empresa utiliza-se muito de empréstimos e financiamentos que, provavelmente, é uma estratégia para proporcionar caixa.

3.4.2. Liquidez imediata

Zanluca (2014), em relação a Liquidez Imediata, cita que é “Índice conservador, considera apenas caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata para quitar as obrigações. Excluindo-se além dos estoques as contas e valores a receber. Um índice de grande importância para análise da situação a curto-prazo da empresa”.

Fazendo uso da fórmula, considerando os dados obtidos nos relatórios contábeis apresentados do ano de 2011, tem-se:

$$\text{Liquidez imediata} = \frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{Liquidez imediata} = \frac{3.133}{83.854} = 0,0373$$

Fazendo uso da fórmula, considerando os dados obtidos nos relatórios contábeis apresentados do ano de 2012, tem-se:

$$\text{Liquidez imediata} = \frac{2.591}{84.386} = 0,0307$$

Sob a visão deste índice, a empresa dispõe de um índice mínimo a disposição imediata para pagar suas dívidas a curto prazo. Tal índice nem sempre corresponde ao fato da empresa estar em boa situação, tendo em vista que os recursos financeiros na maioria das empresas deste ramo estão investidos em matéria-prima e não em dinheiro em caixa ou banco.

3.4.3. Liquidez seca

Zanluca (2014) cita que a Liquidez Seca é um índice “similar à liquidez corrente, a liquidez Seca exclui do cálculo acima os estoques, por não apresentarem liquidez compatível com o grupo patrimonial onde estão inseridos. O resultado deste índice será invariavelmente menor ao de liquidez corrente, sendo cauteloso com relação ao estoque para a liquidação de obrigações”.

Fazendo uso da fórmula, considerando os dados obtidos nos relatórios contábeis apresentados do ano de 2011, tem-se:

$$\text{Liquidez seca} = \frac{(\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques})}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{Liquidez seca} = \frac{(39.489 - 8.911)}{83.854} = 0,3646$$

Fazendo uso da fórmula, considerando os dados obtidos nos relatórios contábeis apresentados do ano de 2012, tem-se:

$$\text{Liquidez seca} = \frac{(48.243 - 9.625)}{84.386} = 0,4576$$

Esta avaliação demonstra apenas a proporção da liquidez da empresa a curto prazo, considerando a não utilização de seu estoque, ou seja a produção. Tal índice varia de acordo com o ramo. Empresas como as alimentícias possuem estoque rotativo devido à baixa vida útil de sua matéria prima.

3.4.4. Liquidez corrente

Zanluca (2014) cita que a Liquidez Corrente é “calculada a partir da Razão entre os direitos a curto prazo da empresa (Caixas, bancos, estoques, clientes) e a as dívidas a curto prazo (Empréstimos, financiamentos, impostos, fornecedores). No Balanço estas informações são evidenciadas respectivamente como Ativo Circulante e Passivo Circulante”.

Fazendo uso da fórmula, considerando os dados obtidos nos relatórios contábeis apresentados do ano de 2011, tem-se:

$$\text{Liquidez corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{Liquidez corrente} = \frac{39.489}{83.854} = 0,4709$$

Fazendo uso da fórmula, considerando os dados obtidos nos relatórios contábeis apresentados do ano de 2012, tem-se:

$$\text{Liquidez corrente} = \frac{48.243}{84.386} = 0,5717$$

Os índices encontrados e a avaliação do cenário geral podem ser a mesma citada na liquidez geral.

3.4.5. Grau de Endividamento

O Grau de Endividamento ou simplesmente Índice de Endividamento Geral, segundo Gitman (2006), “mede a proporção dos ativos totais financiada pelos credores da empresa. Quanto mais alto o valor desse índice, maior o volume relativo de capital de outros investidores usado para gerar lucro na empresa”.

Gitman (2006) cita ainda que a fórmula de cálculo é:

$$\text{Índice de Endividamento Geral} = \frac{\text{Passivo exigível total}}{\text{Ativo total}}$$

Fazendo uso da fórmula, considerando os dados obtidos nos relatórios contábeis apresentados do ano de 2011, tem-se:

$$\text{Índice de Endividamento Geral} = \frac{99.968}{122.274} = 0,8175$$

Fazendo uso da fórmula, considerando os dados obtidos nos relatórios contábeis apresentados do ano de 2012, tem-se:

$$\text{Índice de Endividamento Geral} = \frac{100.075}{132.120} = 0,7574$$

Observando-se os resultados, percebe-se que a empresa apresenta um alto índice de participação de capital de terceiros. Muito embora, tais valores ainda estão muito vinculados ao valor alto de empréstimos e financiamentos adquiridos pela empresa. A queda da participação de um ano para o outro, avaliando-se os dados dos relatórios financeiros, deve-se aos Impostos a recuperar, que é diretamente ligado às atividades de compra e venda da empresa e também o aumento do Patrimônio Líquido, representando evolução positiva das atividades da empresa.

3.5. Avaliação Horizontal (AV) das Demonstrações Financeiras

Conforme abordado no sub-capítulo 2.5.2, a análise horizontal já faz uma avaliação de períodos consecutivos, ou seja, diferentemente da vertical, não utiliza uma referência e sim uma sequência de resultados com a finalidade de demonstrar crescimento ou queda de qualidade financeira da empresa.

Da mesma forma, serão abordados os resultados dos índices obtidos, mas elaborando uma avaliação dos períodos disponíveis.

3.5.1. Liquidez geral

Para este índice, os resultados obtidos são:

1) Apresentados do ano de 2011 têm-se:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{(39.489 + 33.061)}{(83.854 + 16.114)} = 0,7257$$

2) Apresentados do ano de 2012 têm-se:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{(48.243 + 29.198)}{(84.386 + 15.689)} = 0,7738$$

Fazendo uma avaliação vertical, verifica-se um pequeno aumento do índice do ano de 2011 para 2012. Desta forma, percebe-se uma pequena qualificação, aumentando o Ativo em relação ao Passivo.

3.5.2. Liquidez imediata

Para este índice os resultados obtidos são:

1) Apresentados do ano de 2011 têm-se:

$$\text{Liquidez imediata} = \frac{3.133}{83.854} = 0,0373$$

2) Apresentados do ano de 2012 têm-se:

$$\text{Liquidez imediata} = \frac{2.591}{84.386} = 0,0307$$

Já neste índice pode ser observada uma pequena queda desta Liquidez, demonstrando a pequena diminuição da capacidade de saldar os passivos a curto prazo. No entanto, a avaliação deve ser a mesma aplicada na avaliação vertical, ou seja, a empresa pode estar fazendo uso de capital de terceiros para aumentar seu fluxo de caixa, tendo em vista a grande rotatividade de estoque, por ser de curto tempo de vida útil.

3.5.3. Liquidez seca

Para este índice os resultados obtidos são:

1) Apresentados do ano de 2011 têm-se:

$$\text{Liquidez seca} = \frac{(39.489 - 8.911)}{83.854} = 0,3646$$

2) Apresentados do ano de 2012 têm-se:

$$\text{Liquidez seca} = \frac{(48.243 - 9.625)}{84.386} = 0,4576$$

No caso deste índice, se levarmos em consideração a liquidez a curto prazo desconsiderando o estoque, houve uma crescimento maior que os outros índices. Ou seja, a proporção dos recursos da empresa com maior liquidez, como caixa, bancos, etc, em relação aos passivos de curto prazo aumentaram.

3.5.4. Liquidez corrente

Para este índice, os resultados obtidos são:

1) Apresentados do ano de 2011 têm-se:

$$\text{Liquidez corrente} = \frac{39.489}{83.854} = 0,4709$$

2) Apresentados do ano de 2012 têm-se:

$$\text{Liquidez corrente} = \frac{48.243}{84.386} = 0,5717$$

Neste caso, também houve um aumento da proporção de ativos circulantes em relação aos passivos circulantes de um ano para o outro. Houve uma melhora superior aos outros índices, demonstrando uma preocupação com sua liquidez.

3.5.5. Grau de Endividamento

Para este índice, os resultados obtidos são:

1) Apresentados do ano de 2011 têm-se:

$$\text{Índice de Endividamento Geral} = \frac{99.968}{122.274} = 0,8175$$

1) Apresentados do ano de 2012 têm-se:

$$\text{Índice de Endividamento Geral} = \frac{100.075}{132.120} = 0,7574$$

Neste caso, também pode ser observados queda do endividamento da empresa, com índices mais significativos que alguns anteriores.

3.5.6. Avaliação horizontal da DRE

Faz-se necessária esta avaliação na DRE, pois esta representa uma ferramenta mais eficaz para o administrador financeiro que o Balanço Patrimonial, tendo em vista o fato da DRE demonstrar dois pontos importantíssimos em termos financeiros:

- Vendas;
- Resultado do exercício.

Em termos de vendas, podem ser observadas as seguintes situações:

- No ano de 2011, a empresa teve uma receita de 229.764 milhares de reais, mas um custo de venda de 171.810 milhares de reais;
- No ano de 2012, a empresa teve uma receita de 232.949 milhares de reais, mas um custo de venda caiu para 169.814 milhares de reais.

O que pode ser observado é que a área de vendas e/ou produção apresentaram melhoras em suas performances, pois houve aumento em sua receita e diminuição do custo de vendas, o que é a situação ideal buscada pelas empresas em geral.

Em termos de resultado a situação torna-se mais gritante. Enquanto o ano de 2011 o resultado foi de 5.130 milhares de reais, o ano de 2012 apresentou 10.142 de reais. Este fato demonstra um aumento de quase 100% no resultado do exercício. Tal situação é de extrema importância para empresa. O administrador que vir avaliar tal situação deve buscar nos dados obtido da DRE que representaram esta melhora significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trabalho em questão, buscou-se fazer uma avaliação do desempenho financeiro da empresa alimentícia escolhida. Vale ressaltar que esta ação se pautou no objetivo geral do trabalho que era verificar a importância da análise vertical e horizontal dos demonstrativos financeiros.

Há de se considerar o fato de que a empresa em questão disponibilizou apenas dois anos para se fazer à avaliação. No entanto, a pesquisa constante neste trabalho, tem como finalidade apenas fazer um exercício de avaliação de dados disponíveis em uma empresa, considerando observações pertinentes em uma tomada de decisão, tendo como base questões financeiras.

Inicialmente, mediante avaliação vertical, percebeu-se uma posição mais conservadora, pois os índices não sofreram grandes alterações. Cabe aqui considerar que houve evolução, apesar de pequena, demonstrando que não houve um erro na administração.

Já na avaliação horizontal, houve uma percepção maior, quando se trata de resultados do exercício.

Em casos assim, é comum que se avalie quais procedimentos e decisões foram tomadas para que se apresentasse uma evolução significativa no resultado final. Cabe considerar que houve aumento de receitas e diminuição de custos que, a luz dos preceitos administrativos, é aquilo que as empresas buscam.

Como experiência fica a maneira como se deve olhar para as demonstrações financeiras e de que maneira isso pode auxiliar no objetivo das empresas que é a busca de lucratividade.

Sendo assim, para cumprir o proposto e se atingirem estes resultados, identificando a análise vertical e horizontal dos demonstrativos financeiros, o trabalho buscou estudar conceitos da administração financeira, comparando as aplicações dentro da empresa mediante a determinação dos tipos de demonstrativos financeiros e cálculos para identificação do desempenho financeiro da empresa.

Continuou identificando os conceitos de análises vertical e horizontal e fez sua aplicação baseada nos dados obtidos da empresa a qual o estudo de caso se pautou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Luis César G. de. **Organização, Sistemas e Métodos e as Tecnologias de Gestão Organizacional** - 2ª Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2006.
- BLATT, Adriano. **Análises de balanços – estrutura e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis**. São Paulo: Makron, 2001.
- BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- Caetano Advogados. **O que são as denominadas Ações em Tesouraria?** Disponível em <<http://caetanoadvogados.blogspot.com.br/2013/09/o-que-sao-as-denominadas-aco-es-em.html>>. Acessado em 14/04/2014.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.
- CURY, Antonio. **Organização e Métodos – Uma visão Holística**. 7ª Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2000.
- DAFT, Richard L.. **Organizações – Teoria e Projeto**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991.
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 10.ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12.ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- GONÇALVES, Carlos Alberto; GONÇALVES FILHO, Cid; REIS NETO, Mário Teixeira. **Estratégia Empresarial – O desafio das organizações**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.
- Guia Contábil. **Ajuste de Avaliação Patrimonial x Ajuste do Valor Presente**. Disponível em <<http://boletimcontabil.wordpress.com/2013/05/10/ajuste-de-avaliacao-patrimonial-x-ajuste-a-valor-presente/>>. Acessado em 14/04/2014.
- MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Básica e Gerencial**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MAXIMINIANO, Antonio César Amaru. **Introdução à Administração**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2000.

MÜLLER, Aderbal Nicolas. **Contabilidade básica: fundamentos essenciais**. – rev. - São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

Portal Contábeis. **Balanco Patrimonial: Conceito e Importância**. Disponível em <<http://www.contabeis.com.br/artigos/716/balanco-patrimonial-conceito-e-importancia/>>. Acessado em 14/04/2014.

Portal de Contabilidade. **Balanco Patrimonial**. Disponível em <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/balancopatrimonial.htm>>. Acessado em 26 de março de 2014.

Portal de Contabilidade. **Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA)**. Disponível em <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/demonstlucrosprejacumula dos.htm>>. Acessado em 30 de março de 2014.

Portal Educação. **Metodologia Científica: Tipos de Pesquisa**. Disponível em <http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/50264/metodologia-cientifica-tipos-de-pesquisa>>. Acessado em 14 de novembro de 2014.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito comercial**. 22. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2000. 2 v.

RIBEIRO, Osni Moura, **Estrutura e análise de balanços fácil**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil**. – 5.ed. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. – 8.ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

Tudo em Foco. **Indústrias de alimentos**. Disponível em <<http://www.tudoemfoco.com.br/industria-de-alimentos.html>>. Acessado em 10 de outubro de 2014.

ZANLUCA, Jonatan de Souza. **Portal de contabilidade: CÁLCULO E ANÁLISE DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/indices-de-liquidez.htm>>. Acesso em: 30 de outubro 2014.

ZANLUCA, Jonatan de Souza. **Portal de contabilidade: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (OU FINANCEIRAS)**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/demonstracoescontabeis.htm>>. Acesso em: 14 de novembro 2014.